



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
DEPARTAMENTO JURÍDICO

Destinatário: Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final

Referente : Projeto de Resolução nº 10 / 2021

**PARECER JURÍDICO SOBRE PROJETO DE
RESOLUÇÃO Nº 10/2021, QUE ACRESCE O
§ 3º AO ART. 140 DO REGIMENTO INTERNO
DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MI-
NAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DO RELATÓRIO

Foi apresentado ao presente Setor Jurídico desta ilustre Câmara Municipal, para emissão de Parecer, o Projeto de Resolução nº 10/2021, elaborado pelos ilustres Vereadores Roberto Gonçalves Vieira, Fabiano Gomes de Lima e Geovan dos Santos.

Dito Projeto de Resolução busca incluir o § 3º junto ao art. 140 da Resolução nº 262, de 03 de julho de 2019, a qual instituiu, por sua vez, o novo Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaú de Minas – MG, acrescentando texto dizendo (resumidamente) que *“ao final do Uso da Palavra, o Vereador que for citado por outro(s) vereador(s) ou pela Presidência durante seus pronunciamentos, terá o tempo máximo de 03 (três) minutos para usar a palavra como direito de resposta”*.

É o sucinto Relatório.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
DEPARTAMENTO JURÍDICO

DA INICIATIVA DE PROJETO DE RESOLUÇÃO

O novo Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaú de Minas, com início de vigência a partir de 03 de julho de 2019 (Resolução nº 262/2019), estabelece expressamente :

Art. 371. Este Regimento Interno somente poderá ser alterado ou reformado pelo voto da maioria absoluta dos membros da edilidade mediante proposta:

I- de um terço (1/3), no mínimo, dos Vereadores;

II- da Mesa;

III- de uma das Comissões da Câmara.

De acordo com esse artigo, a “iniciativa” de Projeto de Resolução para alteração do Regimento Interno desta Câmara Municipal, como no caso, somente pode se fazer “*mediante proposta*” apresentada por, no mínimo, 1/3 (um terço) do total de Vereadores.

Verifica-se, então, que foi obedecida tal disposição legal, uma vez que o presente Projeto de Resolução foi proposto por 03 (três) ilustres Vereadores desta Casa de Leis, a saber, Vereadores Roberto Gonçalves Vieira, Fabiano Gomes de Lima e Geovan dos Santos, respeitando-se o quantitativo mínimo previsto na norma, inexistindo vício de “iniciativa” no feito.

DOS REQUISITOS À ESPÉCIE (“RESOLUÇÃO”)

O Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaú de Minas (Resolução nº 262/2019) apresenta disciplina específica sobre a espécie “Resolução”, como no caso, cabendo então transcrever, para início de exposição :

Art. 171. As resoluções destinam-se a regular as matérias de caráter político ou administrativas relativas a assuntos de economia interna da Câmara.

Parágrafo Único. Constituem matéria de Projeto de Resolução:

(...)

II- elaboração e reforma do Regimento Interno;

Isso posto, o texto do art. 50, inciso VI, alínea “a” do Regimento Interno em vigor pacifica a atribuição desta ilustre Casa de Leis, via deliberação de seus membros em Plenário, para alterações no texto regimental, conforme abaixo colacionado, *verbis* :



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
DEPARTAMENTO JURÍDICO

Art. 50. São atribuições do Plenário, entre outras, as seguintes : (...)

VI- expedir resoluções sobre assuntos de sua economia interna, mormente quando aos seguintes:

a) alteração do Regimento Interno;

Noutro viés, a nova Lei Orgânica de Itaú de Minas assevera, expressamente, que o *“processo legislativo das resoluções (...) dar-se-á conforme determinado no Regimento Interno da Câmara”* (art. 67, LOM).

Do exposto, afigura-se atribuição do Plenário desta ilustre Câmara Municipal a apreciação e deliberação sobre Projetos de Resolução, como no caso, com o presente feito respeitando, no ponto sob exame, as diretivas legais acerca do “procedimento” escolhido, ou seja, sobre “Direito Processual” e/ou “Formal” do processo legislativo ora em curso.

DA ANÁLISE DO PROJETO DE RESOLUÇÃO

Verifica-se, de todo o disposto no Projeto de Resolução sob análise, que seu texto busca disciplinar o *“uso da palavra como direito de resposta”* (termos do bojo da proposição) sempre que *“o Vereador for citado por outro(s) vereador(s)”*, nesses exatos termos.

Afigura-se claro e cristalino, destarte, que a matéria disposta neste feito amolda-se à órbita própria de atuação dos ilustres Vereadores, emergindo a pertinência de seu disciplinamento com base no livre e autônomo entendimento dos nobres edis no assunto, sendo certo que a presente proposição encontra-se em condições de ser analisada, posto que alinhada às normas incidentes ao tema, sem vícios e/ou lacunas aparentes a aqui operar.

Por derradeiro, cabe de fato aos próprios edis verificar e/ou disciplinar prazos próprios à atuação em Plenário, como é o caso em questão, prazo esse que, no feito, reveste-se dos íncritos critérios de razoabilidade, nada havendo a macular a questão posta à análise.

DO QUÓRUM QUALIFICADO

Tratando-se de alteração do Regimento Interno, a matéria recebe especial disciplinamento sobre o quórum a tanto exigível, cabendo novamente transcrever os termos do art. 371 do Regimento Interno desta Câmara, conforme segue abaixo :



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
DEPARTAMENTO JURÍDICO

Art. 371. Este Regimento Interno somente poderá ser alterado ou reformado pelo voto da maioria absoluta dos membros da edilidade mediante proposta :

I- de um terço (1/3), no mínimo, dos Vereadores;

II- da Mesa;

III- de uma das Comissões da Câmara.

§ 1º. A apreciação do Projeto de alteração ou reforma do Regimento obedecerá às normas vigentes para os demais Projetos de Resolução.

Assim, de acordo com o *caput* do art. 371, supra, somente haverá aprovação do Projeto de Resolução voltado à alteração do Regimento Interno da Câmara Municipal, como no caso, se ocorrer manifestação favorável da “maioria absoluta” dos ilustres Vereadores, entendendo-se dita “maioria” por *“mais da metade do número total de membros da Câmara, computando-se os presentes e ausente à sessão”*¹.

CONCLUSÃO


- 1º) O Projeto de Resolução não possui vício de iniciativa.
- 2º) O Projeto de Resolução está de acordo com o ordenamento jurídico brasileiro.
- 3º) A aprovação do Projeto de Resolução somente ocorrerá se houver manifestação favorável da “maioria absoluta”, ou seja, no mínimo 04 (quatro) Vereadores.

CONCLUSÃO FINAL :

Cabe aos ilustres Vereadores avaliar a oportunidade e a conveniência da “aprovação” ou da “não aprovação” do presente Projeto de Resolução.

É O PARECER.

Itaú de Minas, 23 de julho de 2021.


Vinícius Araújo Cunha
OAB/MG 94.056
Advogado da CMIM

¹ Meirelles, Hely Lopes. Direito Municipal Brasileiro. 13ª Ed. Malheiros. 2007.